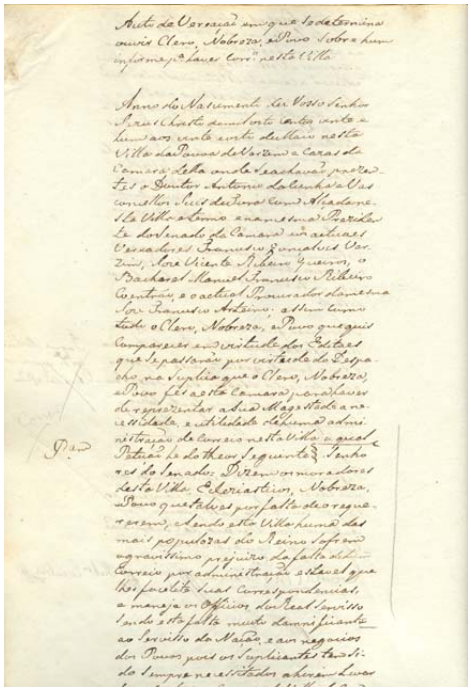
REGISTO DE UMA PETIÇÃO PARA HAVER CORREIO NESTA VILA

(28 de Maio de 1821)



Numa época em que, apesar das telecomunicações e da Internet, ainda proliferam os cartões de boas festas, presentes entregues a longa distância que só com a ajuda dos correios é possível, achamos pertinente abordar, na nossa rubrica on-line Páginas de História com Estórias, este equipamento que para nós já se tornou banal e parte integrante de uma comunidade mas que há muitos anos atrás não existia.

Pois bem, o primeiro serviço organizado de difusão de documentos escritos que se tem notícia remonta a 2400 anos antes de Cristo, ao Antigo Egipto, quando os faraós usavam mensageiros para a difusão de decretos em todo o território do Estado.

Mas não temos a pretensão de recuar tão atrás no tempo.

No Portugal Medieval, os almocreves eram comerciantes ambulantes e também portadores de notícias. Espalhavam pela palavra as novas do Reino. Mas também estes transportavam as mensagens e o correio, bem como os escudeiros, moços de estrebaria, ou mesmo alta Nobreza, se a correspondência fosse importante. A Igreja e a Nobreza utilizavam os seus criados e a universidade os mensageiros.

A primeira notícia de correio na carreira da Índia veio da armada de Pedro Álvares, com o reenvio para Lisboa de uma nau a dar notícia do descobrimento do Brasil, em

1500 portanto. Nela vinham duas celebres cartas, a de Pero Vaz de Caminha e a de Mestre João.

Em 1520, o Rei D. Manuel cria o correio público em Portugal e o cargo de Correio Mor. A partir daqui os correios podem ser utilizados tanto pela coroa como pelos particulares, e os custos eram estabelecidos entre o Correio Mor e os utentes, dependendo da distância e do tempo gasto. Nos finais de 1500 já os correios tinham uma certa regularidade, sendo que o correio ordinário se fazia uma vez por mês para França, Espanha, Itália e Flandres. As viagens marítimas eram as mais céleres, por via terrestre bastante mais demoradas.

De 1520 a 1797, coube ao Correio Mor a responsabilidade da organização e funcionamento do serviço público de correio. O transporte da correspondência no reino era difícil devido à ausência de boas estradas, e os percursos faziam-se a pé ou a cavalo. A correspondência era acondicionada em pequenos sacos para facilitar o transporte.

Em 1798, cria-se a mala posta, serviço de transporte de correspondência, passageiros e mercadorias. Demorava cerca de 40 horas para ir de Lisboa a Coimbra. No ano de 1799 é publicado o Primeiro Regulamento Provisional do Serviço Postal.

Em 1805, por decreto do Príncipe Regente, ordenou-se ao superintendente que mandasse colocar, na esquina de cada rua de Lisboa, um letreiro com o nome dessa mesma rua. Isto para explicar que é devido aos correios que se inicia a afixação do nome nas ruas e a numeração das portas.

Nos inícios do século XIX, decreta-se a distribuição domiciliária em Lisboa e arredores, mas que não teve implementação imediata e continuou a fazer-se, durante mais algum tempo, como até aí: chegada a correspondência a determinada vila era afixada uma lista no edifício dos correios onde constavam os nomes dos destinatários das cartas. E era assim que se ia distribuindo o correio um pouco por todo o país, também por cá se sentiu essa evolução.

Na Póvoa de Varzim, é em Acta da Câmara de 9 de Maio de 1801 * que fica registado o pedido para haver correio na vila: "... que por ser de grande necessidade achem desta autoridade publica (...) de dar conta ao superintendente geral dos correios deste reino para haver correio nesta villa pello que se fez carta de oficio ao dito superintendente com data do dia de hoje e cuja copia da carta fica no Arquivo desta

Camera". Por este excerto fica clara a necessidade que, na época, sentiam de existência de um correio na vila da Póvoa de Varzim.

Acontece que passados 20 anos do ofício enviado, e segundo Acta da Câmara de 28 de Maio de 1821 *, de resto documento escolhido para destaque este mês de Dezembro, a falta de correio na vila continuava a ser uma realidade: " Auto de vereacção em que se determina ouvir Clero, Nobreza e Povo sobre hum informe para haver correio nesta villa (...). O Clero, Nobreza e Povo que quis comparecer em virtude dos Editaes que se passarão por virtude do despacho na suplica que [aqueles] fizeram a esta Camera para haver de apresentar a Sua Magestade a necessidade e utilidade de huma administração de correio nesta villa a qual Petição se le o theor seguinte «Senhores do Senado = Dizem os moradores desta Villa Eclesiasticos, Nobreza, e Povo que talves por falta de o requererem, sendo esta Villa huma das mais populozas do Reino sofrem o gravíssimo prejuízo da falta de hum correio por administração estável que lhes facilite suas correspondências, e maneje os officios do Real servisso sendo esta falta muito dannificante ao Servisso da Nação, e aos negócios dos Povos pois os suplicantes tem sido sempre necessitados a irem levar suas cartas ao correio de Villa do Conde, e voltarem la pelas respostas fazendo este incomodo diminuir as Relaçoens de Negócios, e rendimentos dos mesmos correios, e mesmo atrazo na execução das Reaes Ordens (...)

Esta Villa tem o mesmo direito que todas as outras do Reino para que o Correio Mor faça nesta estabelecer huma administração por conta da Fazenda, ou por arrendamento com toda a facilidade, e a Nação toda conhece a rectidão com que presentemente são definidos requerimentos tão justos, e providencias tão necessárias, a custa do que Peddem a Vossas Mercês se dignem representa-los assim ao Supremo Governo do Reino...».". Desta vez todos os esforços se uniram para emitir uma petição a Sua Majestade, no sentido da criação de um correio na vila da Póvoa que evitasse as constantes e demoradas idas a Vila do Conde, e que facilitasse as suas correspondências.

É também neste ano que surgem os primeiros marcos do correio, apelidados de início como monstros de ferro, e tal e qual como hoje se apresentam, vermelhos e com uma fenda horizontal na parte superior.

A 6 de Outubro de 1827, na série documental Registos Gerais *, fica registado um aviso sobre cartas dos correios, no qual se informa "... que vários ministros

territoriais usando da portaria de 11 de Dezembro de 1826 e pelo Aviso de 4 de Agosto de 1827 têm dado ordens aos correios para reterem as cartas suspeitas de conter comunicações criminosas...", sendo isto um abuso pois violam a correspondência de toda a população o que vai contra o determinado no artigo 145 da Carta Constitucional da Monarquia. "Pede a Infanta regente para que tal não aconteça e caso se verifique tal acto seja denunciado".

Na mesma série documental, encontramos um registo de 30 de Setembro de 1828 *, referente novamente a um aviso sobre o comportamento dos Ministros Territoriais com a Administração e Regime dos Correios, clarificando as suas funções: "Os ministros devem apenas informar sobre o comportamento e qualidades dos funcionários nas diferentes repartições dos correios, ou sobre qualquer abuso da administração...".

Segundo Acta da Câmara de 17 de Junho de 1837 *, aborda-se, pela primeira vez, as funções do correio: "... officia-se o correio para que nunca mais entregue a correspondência geral da Câmara senão ao Secretario desta Municipalidade para ser aberta em sessão, a qual correspondência será apresentada fechada como lhe for entregue".

Temos, ainda, registo na série documental Registos Gerais * de várias nomeações para "... carteiro supranumerário da direcção do correio desta vila..., entre os quais o registo de um "... alvará de nomeação de José Rodrigues Barbosa para servir de proposto do director do correio da Póvoa de Varzim", datado de 18 de Outubro de 1877.

Foi com o Ministro Fontes Pereira de Melo que, em 1852, se procedeu a uma importante reforma postal, reorganizando-se profundamente os correios, dando-lhes um verdadeiro carácter público. O aparecimento do selo postal foi uma das mais importantes medidas no decurso da reestruturação. A primeira emissão, em 1853, reproduz a efígie de D. Maria II.

Rapidamente passa a ser um grande veículo de acontecimentos nacionais e internacionais. O selo ganha estatuto de colecção e aparece a filatelia.

Temos, a exemplo da proliferação dos selos, e entre outros registos de diplomas de autorização para venda de selos e mais "formulas de franquia", o registo do "... diploma de José Rodrigues Barbosa, desta Vila, para vender selos e ter uma caixa

postal no seu estabelecimento", constante em Registos Gerais e datado de 9 de Outubro de 1886.

Como consequência da reconstrução da estrada Lisboa/Coimbra é reactivada a mala posta, interrompida 50 anos antes. Os tempos de correio expresso entre Lisboa e as capitais de distrito foram-se alterando positivamente. Devido aos progressos técnicos da Revolução Industrial as diligências dão lugar ao comboio. Com o advento do século XX aparece o automóvel e, logo em 1952, a primeira rede de auto-ambulâncias postais. O barco é substituído pelo avião. O progresso não pára.

Em 1911, é definida maior autonomia, atribuindo à Administração Geral dos Correios, telégrafos e telefones, a responsabilidade de assegurar os serviços em exclusividade.

Na Póvoa de Varzim a existência de um edifício próprio para instalação dos correios levou algum tempo e é apenas a 12 de Maio de 1938, segundo Acta da Câmara desse dia, que se decide onde seria instalado *: " Foi lido o parecer da Repartição Técnica sobre os locais vistoriados para o edifício dos correios (...) a Câmara deliberou que fosse escolhido o do ângulo das ruas Santos Minho e Camões".

Entretanto, a Administração Geral dos Correios e Telégrafos emitiu parecer sobre aquela decisão, em Acta da Câmara de 8 de Setembro do mesmo ano * podemos ler o seguinte: "... a elevada importância que custa a construção dos novos edifícios dos CTT faz com que esta só seja de aconselhar em locais que satisfaçam o fim em vista (...) o terreno do Largo da Bandeira [actual Largo Elísio da Nova] satisfaz plenamente (...) o que não sucede com o terreno [escolhido] (...) a dita rua não é das mais frequentadas o que faria com que o edifício não fosse visto (...) nestes termos e por haver urgência em se resolver se sim ou não se pode incluir o edifício da Póvoa no grupo daqueles que serão construídos antes das comemorações centenárias, permito-me solicitar a Vossa Excelência se essa Câmara está disposta a ceder aos CTT o terreno do Largo da Bandeira a fim de (...) se dar início ao estudo do programa do edifício a construir...". Trata-se, portanto, de uma sugestão da Administração Geral dos CTT para localização do posto dos correios na Póvoa de Varzim em local favorável.

Logo a 27 de Outubro de 1938, a Acta da Câmara desse dia *, dá-nos conta de o executivo ter conseguido acordo com os proprietários para compra do terreno onde viria a ser instalado o posto dos correios, Largo da Bandeira. De resto, onde ainda

hoje está instalado. E temos um outro posto, criado posteriormente dado o crescimento da cidade, na Avenida dos Banhos.

Em 1969, os CTT são transformados em empresa pública. Hoje, os correios são uma empresa moderna, com uma gama

diversificada de produtos e serviços postais. Pelos recursos que envolvem, os CTT, dão um contributo inequívoco para o desenvolvimento do país e são agentes de dinamização regional.

Esta breve resenha histórica, deixa perceber que a evolução dos correios se confunde ou imiscui com a própria evolução da sociedade. Hoje, é inquestionável a importância desempenhada pelos Correios na comunicação. Só sentimos que existem quando nos falta, tal a integração na nossa vida dos seus serviços tão úteis e essenciais.

* documentos que integram o espólio do Arquivo Municipal

Internet:

www.ctt.pt

www.inteiropostais.com